

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO  
DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE**

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

**2 - ORDEM DO DIA -----**

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro; -----

b) Apreciação e votação do Regulamento do Programa Oficina Amiga de sua Casa; -----

c) Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Social Municipal; -----

d) Apreciação e votação do regulamento da Biblioteca Municipal Maria Teresa Maia Gonzalez; -----

e) Apreciação e votação do Regulamento de Funcionamento da Piscina Municipal de Fornos de Algodres;

f) Apreciação e votação do Regulamento do Museu e Posto de Turismo de Fornos de Algodres; -----

g) Apreciação e votação do Regulamento de Tarifas e Preços do Município de Fornos de Algodres; -----

h) Apreciação e votação do Regulamento de Taxas do Município de Fornos de Algodres; -----

i) Apreciação e votação do Regulamento do Mercado Municipal de Fornos de Algodres; -----

j) Apreciação e votação do Regulamento Fornos de Algodres Youth Cup; -----

k) Apreciação e votação da Adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE); -----

l) Proposta de alteração de nomeação do Membro da CPCJ. -----

**3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----**

**4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

----- Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, passando de imediato à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: Carlos Manuel Andrade Costa, Rui Manuel Nunes Paulo Viçoso, António José Elvas da Rocha, José Aurélio Marques Veiga, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Nélito Alexandre Ferreira Sequeira, Fernando Carlos da Costa Melo, Tiago Rafael Pratas Andrade, Cristina Maria Campos Guerra, Rui Pedro Bernardo dos Santos, Artur Francisco Almeida de Oliveira, Porfírio Simões Paraíso, Nuno Jorge Porfírio Marques, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa, Delfim Pereira Rodrigues, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Luís Filipe Rodrigues dos Reis, Maria João Castanheira Albuquerque, José Joaquim dos Santos Nunes, Vítor Hugo Cardoso Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltou

Dias, Rui Manuel Andrade Gomes, Augusto António Morais de Carvalho e António Pires Fonseca. Faltou aos trabalhos o membro da assembleia Manuel Gonçalves dos Santos. -----

----- Em virtude do segundo secretário da Assembleia Municipal Manuel Gonçalves ter faltado à sessão, foi o mesmo substituído pelo membro da assembleia Nélio Sequeira, ficando, assim, constituída a Mesa da Assembleia. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia questionou os membros da assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à ata da sessão ordinária de seis de dezembro de dois mil e dezanove; não havendo propostas, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por maioria. -----

----- Foi feita a leitura do expediente nomeadamente uma moção pela abolição das portagens na A24 e na A25, remetida pela Assembleia Municipal de Viseu. Relativamente a este assunto, interveio o membro da assembleia José Aurélio, alertando para a sua importância, uma vez que o interior está a suportar os custos com os transportes públicos em Lisboa e no Porto e, nessa medida, deverão tomar uma posição para que as portagens sejam abolidas. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que já anteriormente foi feita uma moção nesse sentido, contudo é uma questão a ter em consideração. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso referiu que é pouco provável que as portagens sejam abolidas, no entanto, já seria vantajoso conseguir uma redução no seu valor. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que uma redução no valor das portagens é insuficiente face a um interior do país tão desfavorecido, propondo a criação de um grupo de trabalho no sentido de apresentarem uma moção pela abolição das mesmas. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que, atualmente, viver no interior do país acarreta custos acrescidos e, nessa medida, deveriam encetar outras formas de luta, nomeadamente através da Comunidade Intermunicipal, uma vez que as moções se têm revelado insuficientes; a concluir referiu que todas as autarquias do interior, independentemente da cor partidária, se deveriam unir nesse sentido. -----

----- Interveio o membro da assembleia Porfírio Paraíso referindo que uma vez que os deputados do PSD estão em desacordo uns com os outros e tendo havido uma reunião de Conselho de Ministros onde foram aprovadas algumas medidas para o interior do país, nomeadamente uma redução no valor das portagens, entende que deveriam esperar pela aprovação da Lei e só então, assumir uma posição. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio esclareceu que os deputados da Bancada do PSD não estão em desacordo e que, certamente o deputado Rui Viçoso desconhecia essa informação, que, segundo a sua opinião, não resolve nada e não é significativa para quem mora no interior. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que esta é uma questão política do interior do país, mas independentemente da cor partidária das autarquias e se não forem tomadas medidas, o interior irá ficar cada vez mais estagnado. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia propôs a constituição de um grupo de trabalho no sentido de apresentar uma moção que seria votada na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Passou-se ao Período Antes da Ordem do Dia. Iniciou as intervenções deste ponto, o membro da assembleia João Carlos Felício propondo-se falar sobre Democracia na Assembleia Municipal, uma vez que na última sessão pretendeu intervir um elemento do público, mas originou-se tamanho burburinho pelo facto de se fazer acompanhar de um penico, que não conseguiu dizer tudo o que queria. Para além disso, foi ali referido por um deputado do PS, num tom acusatório, que noutros tempos alteraram o Regimento da Assembleia Municipal, mas o mesmo continua em vigor e o atual executivo resguarda-se nesse regimento para impedir a intervenção de uma vereadora, quando questionada por um membro da assembleia. A concluir referiu que ficará a aguardar até onde chega a desfaçatez de se intitularem mais democratas que os outros e se resguardarem num regimento que apelidam de ditatorial. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Fernando Melo, questionando o Sr. Presidente da Assembleia acerca do ponto de situação relativamente à transmissão das assembleias em direto. Referiu, ainda, que uma vez que terão de apreciar e votar o regulamento de taxas e tarifas, seria importante ter conhecimento em relação aos serviços, qual a taxa de utilização do ano passado. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso começou por referir que na sessão anterior da Assembleia Municipal aprovaram o Orçamento, sabendo, à partida, que o PS tem a maioria e gasta o dinheiro onde bem entender, no entanto, o PSD tem o papel de fiscalizar, criticar e apontar outras sugestões. -----

----- Ainda no decurso do que foi dito na sessão anterior relativamente à questão do Birdwatching ser um setor a explorar, esclareceu que tem alguma experiência na área, na medida em que organizou três atividades deste tipo, constatando que não houve qualquer tipo de retorno e, nessa medida, não concorda que a Câmara Municipal gaste cerca de trinta mil euros na organização desta atividade, devendo canalizar esse dinheiro para investimentos mais estruturantes para o concelho, nomeadamente os passadiços ou os trilhos. Prosseguiu, dizendo que seria importante definirem o que é relevante para o desenvolvimento do concelho e dar mais valor às sugestões apresentadas pelos membros da Assembleia, nomeadamente os membros da oposição. -----

----- Congratulou-se com a ideia da construção de um campo de futebol com relvado sintético, uma vez que, na sua opinião é um investimento viável, questionando o executivo qual o valor desse investimento e qual o lugar onde vai ser implantado, reforçando a ideia de que o titular do mesmo deverá ser a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia. -----

----- A concluir questionou o executivo qual a utilidade para a população em geral e para os funcionários da Câmara Municipal da montagem do controlo de acesso às portas do edifício dos Paços do Concelho. --

----- Interveio o membro da assembleia Porfírio Paraíso esclarecendo que na sua intervenção acerca das portagens, estava apenas a dar a sua opinião, ou seja, está de acordo com a apresentação de uma moção, achando, no entanto, que deveriam esperar pela publicação da Lei. -----

----- Relativamente à questão do público, lembrou que, em tempos, enquanto elemento do público, lhe cortaram a palavra por diversas vezes, chegando a ser constituído arguido num processo judicial apesar

de ter sempre respeitado a Assembleia, mas da parte do público também terá de haver respeito para com o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que a Assembleia é que desrespeitou o público uma vez que lhe cortou a palavra, à semelhança do que tem acontecido noutras situações, acrescentando que é inadmissível alguém ser questionado pelos membros da assembleia e não lhe ser permitido o uso da palavra, com receio do que possa vir a dizer. Referiu, também, que não aceita o facto de algumas pessoas condenarem um passado do qual se servem para se resguardarem, e nessa medida, defende uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, de forma a que os vereadores possam intervir quando interpelados pelos membros da assembleia porque isso é que é Democracia. -----

----- Relativamente à questão dos precários, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a jurista Carina Monteiro foi ou não nomeada para integrar a Comissão de Seleção, tendo o Sr. Presidente respondido de imediato que não. Ainda respeitante a este assunto, o membro da assembleia José Aurélio referiu que, ao que sabe, a referida jurista foi contratada para resolver um processo de impugnação do concurso, com o qual se gastou cerca de quatro mil e setecentos euros. Nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da necessidade de contratar os serviços desta jurista, uma vez que a Câmara Municipal já tem um jurista avençado. -----

-----Alertou para a necessidade de procederem à limpeza das bermas das estradas, nomeadamente a estrada Queiriz/Maceira, uma vez que a vegetação já invade a estrada e, ainda, para a repavimentação urgente da estrada intermunicipal Queiriz/Carapito, entre outras. Prosseguiu, dizendo que teve conhecimento da repavimentação de dois caminhos e uma entrada de condóminos, tendo um dos caminhos custado cerca de vinte e sete mil euros, esclarecendo que nada tem contra os proprietários, no entanto, a Câmara terá de estabelecer prioridades. Ainda relativamente a esta questão, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a repavimentação desses caminhos é prioritária, comparativamente ao problema dos esgotos do Centro de Saúde que invadem a zona da Associação e que, passado um ano, continuam por resolver. -----

----- Relativamente ao campo de futebol referiu que nada tem a opor, contudo, é da opinião que faria mais sentido manter a reserva desse terreno para a construção de piscinas municipais e uma zona verde e adquirir outro terreno para a construção do campo de futebol. -----

----- De seguida parabenizou o executivo pela montagem dos dispositivos de controlo de acesso nas portas do edifício da Câmara e, a concluir, lamentou a falta de preocupação do executivo em resolver a situação da Ribeira da Muxagata, que se encontra cheia de lodo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara começou por responder ao membro da assembleia João Carlos Felício, referindo que constatou a forma como ao longo dos anos este tem vindo a mudar de aliados, acrescentando que não há qualquer tipo de desfaçatez relativamente à oposição. Referiu, ainda, que desfaçatez foi a sua posição enquanto vereador da oposição no anterior mandato e a posição da Bancada do PSD, quando a discussão e votação do FAM. -----

----- Relativamente à questão do membro Fernando Melo, esclareceu que as taxas são baixas, mas tinham de ser regulamentadas e, como tal, têm de ser apreciadas e votadas em Assembleia Municipal, bem como todos os outros regulamentos. -----

----- No que concerne à observação de aves referiu que esta atividade será comparticipada, em parte, no âmbito de uma candidatura submetida ao Turismo de Portugal e, até ao presente, a avaliação é positiva, tendo em conta o número de pessoas que estiveram presentes. -----

----- Relativamente ao campo de futebol, referiu que ainda não é possível fazer candidaturas para os campos que se encontram na Serra da Esgalhada, contudo, há uma possibilidade de financiamento através da Secretaria de Estado do Desporto, no sentido de construir um campo de relvado sintético e melhorar as condições do campo de relvado que tem sido utilizado pela Associação Desportiva e por todos os jovens que praticam desporto. Relativamente às piscinas municipais esclareceu que a maior parte dos concelhos não tem piscinas e os que têm, mantêm-nas encerradas durante a maior parte do ano. Ainda relativamente ao campo sintético, referiu que à data era o único terreno disponível e a candidatura só poderia ser submetida através de um protocolo com a Associação Desportiva; posteriormente, será feito um regulamento no sentido de as receitas provenientes da sua utilização reverterem para a Câmara Municipal. -----

----- No que diz respeito ao encerramento das portas de acesso ao edifício referiu que sempre que se deslocava à sede da Caixa Geral de Depósitos se via confrontado com este tipo de medidas, acrescentando que a Política de Proteção de Dados impõe a adoção deste, ou de outro método de proteção, que se estenderá, mais tarde, a outras Câmaras Municipais. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio informou que na sede da Caixa Geral de Depósitos em Lisboa, todas as áreas comuns de acesso ao público se encontram abertas, estando apenas vedados os serviços internos. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente à questão das portagens e enquanto membro da Comunidade Intermunicipal, a sua posição sempre foi no sentido da abolição das mesmas, contrariamente à posição adotada por alguns Presidentes de Câmara aquando da questão do encerramento do Tribunal. -----

----- Relativamente aos precários esclareceu que houve um concurso com nomeação de um júri de seleção e a contratação de um jurista, caso houvesse alguma eventualidade, como se constatou que veio a acontecer, na medida em que foi interposta uma providência cautelar por uma opositora ao concurso, cujo processo está a decorrer no Tribunal Administrativo de Castelo Branco. -----

----- No que concerne às limpezas, o Sr. Presidente da Câmara informou que, no âmbito da CIM, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres foi a que mais gastou nessa área nos últimos anos e todas as situações ali apontadas estão sinalizadas para serem resolvidas. -----

----- Finalizou dizendo que o sistema de controlo tão criticado por alguns, permitirá saber qual a taxa de assiduidade das pessoas às várias valências da Câmara Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, relativamente à proposta apresentada pelo membro Fernando Melo na sessão anterior acerca da transmissão em direto das sessões, referiu que ainda não houve possibilidade de avaliar essa situação. -----

----- Passou-se à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: "Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de dezembro", tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício nº 307 datado de 24 de fevereiro de 2020, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata. -----

----- Não havendo inscrições acerca deste ponto, passou-se de imediato à alínea b) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento do Programa Oficina Amiga de sua Casa". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que todos os Regulamentos estiveram em consulta pública, foram sujeitos à apreciação do executivo camarário, tendo este entendido que deveriam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que o Regulamento em questão e o Regulamento do Cartão Social Municipal, são extremamente importantes no apoio a uma faixa etária carenciada e, portanto, a Bancada do PSD congratula-se com medidas desta natureza. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, efetivamente, sempre houve e continua a haver preocupação por parte do Município relativamente à camada mais idosa da população, através da criação de mecanismos de apoio, nomeadamente a teleassistência, na qual a Câmara de Fornos de Algodres é pioneira do distrito da Guarda. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea b) à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida à alínea c) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento do Cartão Social Municipal". Uma vez que o Sr. Presidente da Câmara já se havia pronunciado relativamente a esta alínea, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se à alínea d) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do regulamento da Biblioteca Municipal Maria Teresa Maia Gonzalez", tendo o Sr. Presidente da Câmara referido que os Regulamentos se destinam a reger o funcionamento de todas as valências do Município de Fornos de Algodres. -----

----- Interveio o membro da assembleia Cristina Guerra referindo que irá falar acerca da alínea d) e, em simultâneo, acerca da alínea e) por uma questão de economia de tempo. Assim, começou por dizer que o horário da Biblioteca deveria ser diferenciado do horário dos outros serviços públicos, na medida em que os alunos terminam as aulas às 17h30 e, caso tenham algum trabalho de grupo, não o poderão fazer na Biblioteca, uma vez que encerra às 18h00, para além de estar também fechada ao fim-de-semana. Relativamente às piscinas, nomeadamente às piscinas descobertas, concordou com as palavras do Sr. Presidente da Câmara, na medida em que não justificam o investimento, contudo, é da opinião que as

atuais deveriam ser ampliadas e estar abertas durante todo o ano porque a sua finalidade é servir a população. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a Biblioteca Municipal só encerra ao domingo, acrescentando que, em tempos, estava aberta, no entanto, verificou-se que a taxa de afluência era tão baixa que não se justificava; disse, ainda, que irão equacionar essa questão, uma vez que, com a entrada dos precários dispõem de mais recursos humanos, para o efeito. -----

----- Quanto às Piscinas Municipais, referiu que têm estado encerradas porque sofreram uma grande intervenção que passou pela substituição das tubagens e pela consolidação do piso. A concluir referiu que o objetivo da Câmara é que todos estes equipamentos estejam ao dispor da população. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a alínea d) da Ordem do Dia tendo sido a mesma aprovada por maioria com oito abstenções. De seguida colocou à votação a alínea e) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento de Funcionamento da Piscina Municipal de Fornos de Algodres, tendo sido esta aprovada por maioria, com oito abstenções. -----

----- Passou-se à alínea f) da Ordem de Trabalhos: "Apreciação e votação do Regulamento do Museu e Posto de Turismo de Fornos de Algodres". Não havendo inscrições acerca deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-a de imediato à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria, com oito abstenções. -----

----- Seguiu-se a alínea g) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento de Tarifas e Preços do Município de Fornos de Algodres". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que este Regulamento está relacionado com a utilização dos equipamentos dos Regulamentos anteriormente aprovados. -----

----- Interveio o membro da assembleia Artur Oliveira referindo que os Regulamentos correspondentes às alíneas g) e h) são pouco amigáveis para a atividade económica do Município, na medida em que as taxas são exageradas não incentivando a fixação de novos munícipes nem a instalação de novas empresas. -----

----- O membro da assembleia Rui Viçoso referiu que as taxas não abonam a favor do desenvolvimento, dando o exemplo da taxa a ser paga pela publicidade em veículos. -----

----- O membro da assembleia Fernando Melo referiu que enviou um ofício para a Câmara Municipal relativamente a uma atividade a realizar no Centro Cultural pela JSD e que o valor efetivamente captado para a Câmara será irrisório comparativamente ao custo que as juntas partidárias terão com essa atividade. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que as taxas são as mesmas e que apenas as tarifas sofreram alterações e quando tiver em sua posse o Relatório da Inspeção Geral de Finanças sobre esta matéria o apresentará na Assembleia. -----

----- Relativamente à intervenção do membro Fernando Melo, referiu que se não houvesse este regulamento, não seria possível a realização da atividade da JSD no Centro Cultural. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia José Aurélio pedindo que esqueçam a política e pensem no concelho, acrescentando que urge fazer alguma coisa para manter os comerciantes que temos e tentar captar outros, facilitando a vida às pessoas de modo a que o património seja melhorado. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea g) à votação tendo sido a mesma aprovada por maioria, com oito votos contra do PSD. De seguida colocou à votação a alínea h) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento de Taxas do Município de Fornos de Algodres", tendo sido a mesma aprovada por maioria, com oito votos contra do PSD e uma abstenção do CDS -----

----- Passou-se à alínea i) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento do Mercado Municipal de Fornos de Algodres". Não havendo intervenções acerca deste assunto, o Sr. Presidente da

----- Passou-se à alínea j) da Ordem do Dia: "Apreciação e votação do Regulamento Fornos de Algodres Youth Cup". -----

Não havendo intervenções foi o mesmo colocado à votação tendo sido aprovado por maioria, com oito abstenções do PSD. -----

----- Seguiu-se a alínea k) da Ordem do Dia; "Apreciação e votação da Adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)". -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que tendo em conta o ranking em que ficou posicionado o Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, esta adesão irá potenciar ainda mais a aprendizagem e será um instrumento para viabilizar contactos com outras realidades. -----

----- Não havendo intervenções acerca deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou-o de imediato à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se à alínea l) da Ordem do Dia: "Proposta de alteração de nomeação do Membro da CPCJ", tendo o Sr. Presidente da Assembleia referido que, como é do conhecimento de todos, este assunto já constava da Ordem de Trabalhos da sessão anterior, mas uma vez que não houve entendimento, foi adiado. Relativamente a este assunto foram apresentadas duas propostas, uma da Bancada do PSD, adiante designada por Lista A com o nome de Rui Manuel Lopes Furtado, e outra da Bancada do PS designada por Lista B com o nome de Cristina Maria Ventura João. -----

----- Iniciou as intervenções relativamente a este assunto o Membro da assembleia José Aurélio lembrando que noutro tempo não muito distante, a maioria dos negócios eram feitos com um aperto de mão e por palavra. Referiu, também, que no início da legislatura foi acordado que o PS apresentava um nome para a Associação Nacional de Municípios e o PSD apresentava outro para a CPCJ; no entanto, esse membro terá de ser substituído, mas o acordo, a seu ver, mantém-se; acrescentou que esta situação não o surpreende dado o que já presenciou na Assembleia – o abuso de poder, o não assumirem os compromissos, o não quererem representatividade, a destituição de uma vereadora eleita pelo povo e, por fim, o facto de ser proibida de falar quando interpelada pelos membros da assembleia. Referiu, ainda, que o 25 de Abril está cada vez mais distante e lamenta que se deteriore desta maneira a relação entre PSD e PS. A concluir, referiu que indicaram uma pessoa que reunia todas as condições para ocupar o lugar, e que,

inclusive, fez um investimento em Fornos de Algodres e, por isso, retiram a proposta com uma declaração de voto de protesto por falta de palavra e compromisso do Partido Socialista. -----

----- O membro da assembleia Daniel Andrade referiu que este é um assunto de extrema importância porque a freguesia a que preside tem muitas crianças e algumas com problemas; louvou a atitude do membro Fernando Melo em retirar-se do cargo mostrando ter consciência da sua importância e do que este exige. Relativamente aos nomes apresentados referiu que qualquer um deles é uma boa opção, no entanto a pessoa escolhida deverá ter a capacidade de estar sempre disponível. -----

----- O membro da assembleia Nuno Porfírio interveio na qualidade de membro da CPCJ, referindo que estão a brincar com um assunto de extrema importância e em que não há cores partidárias. -----

----- Interveio o membro da assembleia Artur Oliveira lamentando a falta de consenso relativamente ao processo de indicação do representante, acrescentando que a pessoa indicada pelo PS merece também toda a confiança dadas as funções desempenhadas na área da Educação, no entanto, recorda que o Ministério da educação tem já um representante na CPCJ, com 50% do horário; acrescentou que nesta questão não pode haver política e que no início do mandato houve um acordo que não está a ser cumprido. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Luís Ginja referindo que os acordos e a palavra são importantes, mas têm de se cumprir, já que a Assembleia confiou numa pessoa que não esteve presente e perdeu o cargo para o qual foi mandatado. Assim, não foi o PS que falhou no acordo que foi feito inicialmente acrescentando que a CPCJ deveria ter sido questionada sobre a participação dos quatro elementos eleitos pela Assembleia Municipal, porque ao que sabe, há outro elemento que não comparece às reuniões. A concluir referiu que a Assembleia existe há quarenta e cinco anos e que o PS só tem maioria há dois anos e, portanto, todos os Regimentos que por ali passaram foram aprovados num mandato de maioria PSD. -----

----- O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que não há palavras que qualifiquem esta disputa porque estão a tratar de problemas que envolvem crianças que necessitam de ajuda e proteção; não conhece muito bem o trabalho da CPCJ mas sabe que implica uma grande responsabilidade e, nessa medida, caberá à Assembleia eleger pessoas que lhe aportem qualidade e empenho não obstante a sua cor política, esperando que a instituição fique dotada das pessoas com maior competência e boa vontade para tratar das crianças. -----

----- O membro da assembleia Porfírio Paraíso referiu que já fez parte de duas Comissões da CPCJ e nunca constatou que nelas tivessem tido em conta cores partidárias, no entanto, a Bancada do PSD indicou uma pessoa que, como é do conhecimento geral, está ligada ao partido. -----

----- O membro da assembleia Artur Oliveira solicitou o uso da palavra esclarecendo que tem conhecimento que estão a votar a comissão alargada alertando para o facto de a pessoa indicada ter certamente aulas às terças feiras à tarde e, eventualmente, ficar sobrecarregada com demasiadas reuniões. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que lamenta porque a pessoa por eles indicada é um jovem com competências demonstradas, classificando de surreal o facto de os membros indicados pelo

PS serem partidários e os membros indicados pelo PSD pelo simples facto de o serem, levarem a política para a Comissão. -----

----- O membro da assembleia Fernando Melo assumiu a sua falha, uma vez que por motivos pessoais e profissionais não lhe foi possível cumprir o papel para o qual foi designado; no entanto, pediu que não o usassem como móbil para quebra de acordos iniciais. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia referiu que atendendo à retirada da proposta da Bancada do PSD, irá ser apenas votada a proposta apresentada pelo PS, que será feita por escrutínio secreto. -----

----- Concluído o processo, verificou-se a seguinte votação: -----

Votantes – 26; -----

A Favor: 16: -----

Branco: 10 -----

----- O membro da assembleia José Aurélio esclareceu que a Bancada do PSD se absteve porque não tem nada contra a pessoa indicada. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 3 da Ordem do Dia: “Outros Assuntos de Interesse Para o Concelho”. -----

----- Interveio o membro da assembleia Artur Oliveira para abordar a questão da limpeza das ruas nomeadamente da Zona Sul, questionando, também, se há já alguma informação sobre a Delegação de Competências na área da Educação. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Cristina Guerra referindo que a Assembleia é, antes de mais, fiscalizadora da ação do executivo e, nessa medida, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara esclarecimentos acerca do tapete de asfalto que foi colocado no logradouro do prédio onde ela reside, uma vez que se trata de uma ilegalidade, porque foi feito com o dinheiro do erário público. Prosseguiu questionando como decorreram os procedimentos concursais e, também, os pagamentos referentes a esta obra. Partindo deste princípio e, relativamente ao campo de futebol, referiu que o património pago com o dinheiro da Autarquia deverá pertencer à Autarquia. Em complemento e a concluir, referiu que a aplicação desse dinheiro deverá ser feita de forma muito criteriosa, na medida em que advém do sacrifício de todos os munícipes nomeadamente através do pagamento de impostos, caso contrário será altamente condenável. -----

----- Seguiu-se o membro da assembleia João Carlos Felício referindo que considera o Regimento da Assembleia ditatorial, acrescentando que deveria ser alterado de modo a permitir aos vereadores o uso da palavra quando interpelados e, ainda, o direito à contra-argumentação dos deputados depois das respostas do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Relativamente ao FAM a Bancada do PSD votou contra e, ao que se recorda, havia duas questões quase tabu, nomeadamente a maximização dos impostos e a redução de funcionários; a questão da redução dos funcionários está ultrapassada pois admitiram ainda mais, só lamenta que relativamente à questão dos impostos a situação se mantenha. -----

----- O membro da assembleia Luís Ginja abordou a importância de as Bancadas se unirem para além das questões políticas e avançarem com uma Moção relativamente à questão das portagens, até porque 20% da população reside no interior do país. No seguimento da intervenção do deputado João Carlos Felício relativamente aos impostos referiu que era intenção da Bancada do PS fazer o mesmo, contudo, de acordo com a informação do Sr. Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, não é permitido, apesar da vontade de todos apontar para uma redução das taxas e das tarifas; salientou, também, a importância das isenções porque a maior parte das Associações estão isentas do pagamento de taxas e tarifas. -----

----- A terminar congratulou-se com a entrega de licenças digitais e de computadores aos alunos do agrupamento de escolas e com o facto de a plataforma digital "O Bom Sabor da Serra" ter feito um ano e estar a ser um sucesso. -----

----- O membro da assembleia José Aurélio referiu que no início da sessão interpelou o Sr. Presidente da Câmara acerca de dois caminhos e, também, acerca da questão do logradouro, já abordada pela deputada Cristina Guerra, frisando que, de facto, ultrapassa todos os limites. Relativamente aos caminhos, questionou o Sr. Presidente qual a sua prioridade em questão de obras, uma vez que procedeu ao alcatroamento de um caminho particular, no valor de vinte e sete mil euros em detrimento de uma estrada intermunicipal cujo custo rondaria os vinte mil euros e cuja prioridade não é a mesma. Abordou novamente a questão das eólicas referindo que há uma eólica em Queiriz cujo dinheiro pertence à freguesia. Quanto à questão das limpezas questionou o Sr. Presidente se, em dois anos não houve condições para limpar dois quilómetros de estrada pertencentes à freguesia de Maceira, uma vez que este havia dito que a Câmara de Fornos de Algodres era a que mais dinheiro gastava em limpezas. -----

----- O membro da assembleia Porfírio Paraíso prescindiu do uso da palavra, na medida em que as respostas às questões que ele iria colocar já foram dadas. -----

----- Seguiu-se o membro da Assembleia Fernando Melo questionando o Sr. Presidente da Câmara qual o ponto de situação do abatimento da estrada que ocorreu em dezembro devido ao mau tempo, referindo que viu na comunicação social que a Câmara iria pedir apoio ao Governo, mas caso isso não aconteça se irão assumir as despesas. -----

----- Usou da palavra o membro da assembleia Rui Viçoso dizendo que acha inadmissível votar-se um regulamento ou uma taxa onde se prevê a publicidade de veículos, na medida em que, se for a atividade principal do proprietário, o custo é de 456 euros anuais e se não for, são 642 euros; relativamente às pavimentações questionou o Sr. Presidente da Câmara se há algum projeto para a pavimentação da estrada da Ponte Nova. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que relativamente à questão da Educação houve uma reunião com a Sra. Delegada Regional, marcada por ela, cabendo à Delegação Regional e ao agrupamento de Escolas essa articulação, mas, naturalmente, haverá uma nova reunião em que estarão todos presentes. -----

----- Relativamente à questão da limpeza estão atentos a esta matéria e irão resolver essas situações. -----

----- No concernente à intervenção feita no logradouro, esta era necessária na medida em que estavam em causa infraestruturas pertencentes à Câmara Municipal e, se porventura, houver alguma ilegalidade, assumirá as suas responsabilidades, como sempre assumiu. -----

----- Em relação ao campo de futebol esclareceu que há apenas um contrato de comodato de dez anos, o campo continua a ser património do Município e o regulamento prevê que as receitas revertam a favor da Câmara Municipal. -----

----- No que diz respeito à intervenção do membro João Carlos, referiu que só nos últimos dois anos é que o PS tem a maioria na assembleia Municipal e que este, era o Regimento que interessava ao PSD, recordando aos demais, a votação do FAM, uma vez que se fizeram três ou quatro votações em trinta segundos, acrescentou que o PSD votou contra o primeiro Plano, estando em causa o pagamento de dois anos de moratórias de juros. -----

----- Relativamente aos impostos referiu que estão em negociação com a direção do FAM, no sentido de, pelo menos, serem autorizados a baixar a taxa do IMI e a comparticipação do IRS, na medida em que são os que mais pesam na carteira dos munícipes. -----

----- Relativamente à intervenção do membro José Aurélio, referiu que naturalmente há prioridades. Um dos caminhos a que se referiu não serve apenas uma família, mas, pelo menos, três famílias, e o outro, serve de acesso a vários agricultores da região. -----

----- Quanto ao Jurista, esclareceu que tem uma avença limitada não podendo intervir em determinadas áreas. -----

----- No que concerne à questão colocada pelo membro da assembleia Fernando Melo relativamente ao abatimento da Estrada Nacional 16, referiu que esperava que o Governo apoiasse; no entanto, o fundo foi praticamente todo gasto e, de momento, o Estado não tem disponibilidade financeira. No entanto, foi iniciado um procedimento de modo a que, pelo menos, seja intervencionada uma parte da estrada. -----

----- Relativamente às taxas esclareceu que não mexeram em nada, apenas fizeram uma atualização de acordo com a taxa de inflação, de acordo com o que diz o Plano do FAM. -----

----- No que diz respeito à Ponte Nova, a obra envolve milhares de euros e, de momento, não constituiu uma prioridade. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida, a referida minuta foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara convidou todos a estarem presentes na Feira do Queijo da Serra da Estrela no fim de semana de 20 e 21 de março e informou que à tarde iria estar presente no Sobral Pichorro a Sra. Secretária de Estado do Turismo para visitar o empreendimento Vale das Lobas. -----

----- Não havendo intervenções por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente Carla A. Costa

O Primeiro Secretário António José Elias Ramos

O Segundo Secretário Luís António da Silva